

## O capitalismo não rima com nada: alternativas devem ser sistêmica e criativas

*Capitalism rhymes with nothing: alternatives must be systemic and creative*

Rafaela Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

**Abstract.** This document, the 21st and first of November, analyzes central debates on the restructuring of the global economic order, highlighting the need for a New International Economic Order inspired by the historical NIEO, capable of restoring the Global South's political autonomy for green and sovereign industrialization. It addresses the debt crisis as a neocolonial mechanism, with evidence of cuts in health and education in countries under IMF austerity, and the negotiations of the UN Tax Convention, whose impasses reflect tensions between the Global South and OECD countries on tax allocation and dispute resolution. It criticizes the Tropical Forest Finance Facility (TFFF) as a false green solution, for commodifying forests and ignoring local communities. In health, it denounces the "medicide" in Gaza – genocide through the dismantling of health systems – and presents studies from The Lancet on years of life lost in Gaza and the relationship between prolonged poverty and premature mortality. Finally, it highlights Jaime Breilh's critique of capitalist domination in health and the urgency of alternative models of care.

**Keywords:** Nova Ordem Econômica Internacional. Dívida e Austeridade. UN Tax Convention. TFFF e Capitalismo Verde. Medicídio em Gaza. Determinação Social da Saúde.

**Resumo.** Este informe, o 21º e primeiro de novembro, analisa debates centrais sobre a reestruturação da ordem econômica global, destacando a necessidade de uma Nova Ordem Econômica Internacional inspirada na histórica NIEO, capaz de restaurar a autonomia política do Sul Global para industrialização verde e soberana. Aborda-se a crise da dívida como mecanismo neocolonial, com evidências de cortes em saúde e educação em países sob austeridade do FMI, e as negociações da UN Tax Convention, cujos impasses refletem tensões entre Sul Global e países da OCDE sobre alocação tributária e resolução de disputas. Critica-se o Tropical Forest Finance Facility (TFFF) como falsa solução verde, por mercantilizar florestas e ignorar comunidades locais. Na saúde, denuncia-se o "medicídio" em Gaza – genocídio por desmonte sanitário – e apresentam-se estudos da The Lancet sobre anos de vida perdidos em Gaza e a relação entre pobreza prolongada e mortalidade prematura. Por fim, ressalta-se a crítica de Jaime Breilh à dominação capitalista na saúde e a urgência de modelos alternativos de cuidado.

**Palavras-chave:** Nova Ordem Econômica Internacional. Dívida e Austeridade. UN Tax Convention. TFFF e Capitalismo Verde. Medicídio em Gaza. Determinação Social da Saúde.

### Panorama político-econômico

Neste informe de número 21 e primeiro do mês de novembro, começamos por um artigo recém publicado que aborda a já muito mencionada necessidade de uma nova ordem global; Após isso, iremos ver como estão indo as negociações da *UN Tax Convention* - que serão retomadas na próxima semana, sendo a terceira reunião; Uma publicação do 2025 Nyéléni Global Forum sobre a crise da dívida, junto de uma publicação do *Debt Justice* sobre políticas recentes do FMI e, por fim, análise sobre o TFFF anunciado na Cúpula de Líderes.

O artigo em questão se chama “*A new international economic order for the twenty-first century: an agenda for industrial and trade policies from the Global South*”<sup>23</sup>e foi escrito por Ahumada e Chang, e publicado no *Review of Keynesian Economics*. Os autores propõem uma nova agenda internacional, inspirada na Nova Ordem Econômica Internacional, para restaurar a autonomia da política industrial no Sul. O espaço político é indicado como vital para a industrialização tardia, o aprendizado tecnológico e o desenvolvimento compatível com o clima - capaz de promover o desenvolvimento industrial como uma necessidade global e também como um direito soberano. As propostas centrais incluem revisar regras comerciais para permitir tratamento diferenciado, promover cooperação industrial regional e criar frameworks multilaterais para transferência de tecnologia. O objetivo é permitir uma transformação produtiva verde, confrontando assimetrias na governança global e redefinindo as bases da ordem econômica internacional.

“A experiência da *NIEO* não serve como um modelo a ser mecanicamente replicado no presente, mas como uma bússola apontando para onde os países em desenvolvimento podem buscar inspiração e direção estratégica em suas demandas contemporâneas por mudanças na economia internacional. De fato, não estamos mais nos anos 1970, quando houve uma crise de legitimidade (agravada por uma crise econômica no Norte) na ordem global, juntamente com um forte espírito de descolonização no Terceiro Mundo, que levou a ações coordenadas entre as nações do Terceiro Mundo, como a agenda da *NIEO*. No entanto, o contexto atual também é muito diferente do período de hegemonia neoliberal, e abre uma janela de oportunidade para demandas mais substantivas do Sul Global.”

O artigo é temporalmente bem-vindo - tanto pela urgência da necessidade de mudança em si, como pelo chamado das organizações sociais ao redor do mundo. Durante o *2025 Nyéléni Global Forum* no Sri Lanka, o membro do comitê internacional da *Progressive International*, Raj Patel, argumenta como a dívida é o principal mecanismo de manutenção da lógica neocolonial do sistema alimentar, ao demonstrar como a austeridade imposta pelo FMI e os microcréditos predatórios - que visam e levam a despossuir desproporcionalmente as mulheres - criam um ciclo vicioso que prende os países na agricultura de exportação ecologicamente destrutiva e impede a soberania alimentar local (análise que vai de encontro ao já mencionado aqui *Debt-fossil-fuel-trap*, aqui chamada de *The Microfinance Trap*).

“Em Nyéléni, os delegados encontraram sua resposta no reconhecimento mútuo forjado pela luta compartilhada. Eles testemunharam como a dívida — talvez a mais isoladora das experiências humanas — poderia se tornar a base para a organização internacional. Em plantações de chá e vilarejos de pescadores, em cooperativas de mulheres e assembleias camponesas, a matemática da extração estava sendo desafiada por novas equações de ajuda mútua. O próximo passo envolverá experimentos práticos, seja um diálogo entre o *US Debt Collective* e a *Coalition of Women Affected by Microcredit* do Sri Lanka, ou os agricultores da *Australian Food Sovereignty Alliance* inspirando-se nessas mesmas mulheres para ajudar a construir uma campanha global de resistência à dívida, cuja semente germinou em Nyéléni.

“Em vez de aceitar o isolamento debilitante da dívida doméstica comum na maioria dos países do mundo, os movimentos sociais a transformaram em seu chamado para a ação coletiva”, disseram Tammi Jonas e Mirella Mani, da AFSA.”

---

<sup>23</sup> O artigo, infelizmente, tem paywall.

O 3º Fórum Global Nyeleni - encontro que acontece 1 vez a cada década, sendo os primeiros dois 2007 e 2015) é uma das maiores e mais diversas reuniões mundiais de movimentos de base e contou mais de 700 delegados de mais de 100 países. O grupo se reuniu para construir uma visão política unificada e um plano de ação liderado pelas bases, com o objetivo de enfrentar as crises globais interconectadas de nosso tempo com base nos princípios da soberania alimentar, feminismo de base, agroecológica, justiça social, de gênero e climática, soberania popular e energética, e democracia econômica.

A crise da dívida - ou a crise causada pela dívida? - continua comprometendo orçamentos de muitos países e sendo denunciada por muitas organizações, em especial pelas voltadas aos direitos das mulheres e de outros grupos minorizados. O Debt Justice publicou uma nova pesquisa nas últimas semanas de outubro, mostrando como os gastos voltados ao sistema de saúde e à educação sofreram cortes de 18% e 16%, respectivamente, nos países pressionados pelo FMI a assumirem políticas de austeridade frente às dívidas após terem seus pedidos de renegociação recusados pelo grupo.

“Países de baixa renda aos quais foi negada a oportunidade de buscar renegociação da dívida pelo FMI cortaram, em vez disso, os gastos com saúde e educação em um sexto, de acordo com uma nova pesquisa da Debt Justice. O FMI está quebrando suas próprias políticas ao considerar as dívidas externas desses países como sustentáveis, quando o pagamento integral das dívidas está levando a grandes cortes nos gastos com serviços sociais essenciais e prendendo os países em um baixo crescimento econômico. A nova pesquisa está sendo divulgada antes de decisões cruciais do FMI sobre se países como Quênia e Senegal precisam de renegociação da dívida. [1] O FMI também está revisando suas definições sobre quando os países precisam de renegociação da dívida, o que será parte das discussões nas Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial em Washington DC (13 a 19 de outubro). Heidi Chow, Diretora Executiva da Debt Justice, disse: “Ao negar a renegociação da dívida para países que precisam dela, o FMI está atuando como um cobrador de dívidas para credores ricos e poderosos, ao mesmo tempo que prejudica milhões de pessoas nos países devedores. Forçar os países a pagar as dívidas integralmente está levando ao aprofundamento de crises na saúde, educação e serviços públicos vitais. O FMI precisa seguir suas próprias políticas e apoiar o cancelamento da dívida para cumprir os objetivos de desenvolvimento, juntamente com grandes melhorias no sistema de renegociação da dívida.”

Agora na segunda semana de novembro irá acontecer a terceira sessão de negociação da UN Tax Convention, em Nairobi, dos dias 10 a 19. Frederik Heitmüller, do Institute of Development Studies, publicou uma interessante análise sobre os próximos passos da Convenção. Esta é a terceira de nove sessões planejadas. Estas sessões têm como objetivo o desenvolvimento de três documentos fundamentais: a própria Convenção-Quadro (WS1) e dois protocolos iniciais sobre 1) serviços transfronteiriços (WS2) e 2) prevenção e resolução de disputas (WS3).

O principal ponto de debate, destaca Heitmuller, é a especificidade, com grande parte dos países defendendo uma convenção mais ampla, colocando limites como opcionais - problemáticos, como já vimos com inúmeros outros mecanismos das Nações Unidas. Compromissos gerais e amplos acabam por não gerar impactos reais ou estratégias aplicáveis. No Protocolo 1 (Serviços Transfronteiriços), o principal problema reside na divisão sobre a alocação dos direitos de tributação, com o Sul global favorecendo a tributação baseada no bruto pela simplicidade, enquanto os membros da OCDE tendem à base líquida, não tendo emergido um método comum. O Protocolo 2 (Resolução de Disputas) enfrenta oposição

significativa, notadamente a rejeição da arbitragem obrigatória pela maioria dos países do Sul global, citando preocupações de longa data com a soberania e os custos envolvidos. Soma-se a isso uma assimetria material crucial: a dificuldade de países em desenvolvimento acessarem comparáveis de preços de transferência, uma causa fundamental das disputas, enquanto países desenvolvidos levantam preocupações sobre o custo e a privacidade de dados para a criação de uma base de dados pública compartilhada.

Consequentemente, embora o processo em si tenha avançado, as discussões não resolveram nenhum debate crucial, permanecendo o dilema entre defender mudanças fiscais radicais e buscar o consenso amplo. A proteção da soberania tributária *de jure* continua sendo uma norma difundida, fazendo com que os estados permaneçam cautelosos em adotar mecanismos que poderiam responsabilizá-los em tribunais domésticos ou internacionais.

“Os compromissos na Convenção-Quadro da ONU sobre Tributação definirão a profundidade do mandato

O rascunho da Co-líder da Convenção-Quadro contém por enquanto sete compromissos sobre:

- \* alocação justa de direitos de tributação
- \* indivíduos de alto patrimônio líquido
- \* assistência administrativa mútua
- \* Fluxos Financeiros Ilícitos, evasão e elisão fiscal
- \* práticas fiscais prejudiciais
- \* desenvolvimento sustentável
- \* prevenção e resolução de disputas tributárias

Até agora, o principal debate em torno desses compromissos tem girado em torno do seu grau de especificidade. A Sessão de Novembro deve encontrar um acordo sobre esta questão. Em agosto, a maioria dos países defendeu manter a redação na Convenção-Quadro ampla e fazer compromissos detalhados apenas dentro dos protocolos, que permanecem opcionais para os signatários. No entanto, ainda não foi determinado o que "amplo" significa exatamente. Está claro que compromissos que sejam diretamente executáveis pelas administrações fiscais e contribuintes nas suas relações entre si (como os acordados em tratados tributários bilaterais) estão fora de questão para a Convenção-Quadro. Os compromissos preliminares no modelo da Co-líder parecem principalmente reafirmar vários objetivos de política amplamente aceitos, como a troca de informações, a resolução justa de disputas e a cooperação contra práticas fiscais prejudiciais, e estabelecer uma agenda para trabalhos subsequentes nessas diferentes áreas. Mas poderiam eles ir além disso?”

Sobre a Cúpula dos Líderes e o aquece para a Conferência das Partes, tivemos o anúncio do TFFF Fundo Florestas Tropicais para Sempre, um fundo de preservação que busca remunerar atividades que protejam a flora em questão - numa lógica de incentivar a proteção, ao invés de apenas punir quem desmata. O Fundo foi, inicialmente, recebido com alegria e a mídia brasileira parece contente com a iniciativa. Trazemos aqui um briefing do Systemic Reflections sobre o TFFF chamado “TFFF: Uma falsa solução para as florestas tropicais”. O texto é um relatório crítico da *Global Forest Coalition* e da *Fundación Solón* que analisa o *Tropical*

*Forest Finance Facility (TFFF)*, uma iniciativa proposta pelo governo brasileiro e endossada por países com florestas tropicais para financiar a conservação florestal. O documento, escrito por Mary Louise Malig e Pablo Solón, examina as notas conceituais do TFFF de 2024 e 2025, destacando que o mecanismo opera sob a lógica do capitalismo verde, tratando os serviços ecossistêmicos como commodities financeiras. A principal crítica é que o *TFFF* é essencialmente um fundo de investimento que busca levantar US\$125 bilhões de investidores privados e públicos para gerar lucros, dos quais apenas US\$ 4 por hectare seriam distribuídos aos governos dos países, e questiona a garantia e suficiência desse pagamento. Os autores também alertam que o mecanismo é voltado para o financiamento de governos nacionais (e não dos povos indígenas ou comunidades locais diretamente envolvidos na conservação) e apontam preocupações sobre o aumento da dívida externa e a falta de responsabilização dos investidores em caso de falência.

“Devemos partir de uma visão que reconheça as florestas tropicais como sujeitos de direitos, não como provedoras de serviços ecossistêmicos suscetíveis à mercantilização por meio de instrumentos bancários. Para salvar as florestas tropicais, é essencial reconhecer que não estamos diante de uma falha de mercado, mas sim de sistemas de vida que têm o direito de viver, de preservar seus ciclos de vida e sua capacidade de regeneração, de não serem destruídos ou poluídos, de manter sua integridade e diversidade, e de exigir reparação e restauração oportunas daqueles que contribuíram e continuam a contribuir para sua destruição. As árvores não podem ser acionistas, como absurdamente alegam os colunistas que promovem o *TFFF*. As florestas são comunidades complexas e dinâmicas onde árvores, plantas, animais, microrganismos e comunidades humanas interagem. Os povos indígenas se destacam pela prática ancestral de convivência com a floresta. Esses sistemas de vida, longe de serem tratados como objetos e mercadorias, devem ter o direito de processar e exigir indenização das corporações e governos responsáveis por sua destruição. Para preservar esses meios de subsistência, é necessário fortalecer as soluções reais que já estão sendo desenvolvidas por territórios indígenas, comunidades camponesas, comunidades negras, quilombolas, comunidades tradicionais e organizações de base. Esses são os atores que devem estar no centro da governança e os principais beneficiários de qualquer mecanismo de financiamento que realmente vise contribuir para a salvação das florestas tropicais. Não podemos recompensar governos nacionais por hectares de floresta em pé sem exigir que eles tomem medidas decisivas para limitar e reverter a expansão irracional das plantações de monoculturas (soja, dendê, cana-de-açúcar, etc.), coibir a pecuária insustentável, a mineração, a extração de combustíveis fósseis, as mega-infraestruturas, o turismo de massa, os mercados de carbono e o tráfico de animais. É uma grande ilusão acreditar que alocar um pagamento por hectare resolverá esses problemas estruturais do capitalismo, que são impulsionados principalmente pelo capital privado e pelas empresas, bem como pelos Estados nacionais. É fundamental que qualquer iniciativa promova regulamentações nacionais em países com florestas tropicais para proibir a exportação de produtos que contribuem para o desmatamento e, em vez disso, fornecer incentivos para produtos agroecológicos que contribuam para o bem-estar e a restauração das florestas. É necessário um quadro regulatório internacional para sancionar empresas e países que compram produtos que destroem florestas tropicais. Qualquer mecanismo de financiamento deve estabelecer claramente sanções para estados que perseguem ou toleram ataques e assassinatos contra defensores da natureza e dos povos indígenas. Qualquer mecanismo de financiamento para florestas tropicais deve alocar de forma direta e transparente a maior quantidade de recursos aos povos indígenas,

comunidades locais, áreas protegidas e governos locais que efetivamente preservam esses meios de subsistência.”

## Saúde

Em Saúde, falaremos da situação dos médicos de Gaza - o *medicide*, junto de um novo artigo da *The Lancet*. Após isso, traremos novas publicações que analisam a sobrevivência, o funcionamento e as poucas possibilidades da saúde dentro da lógica do capital.

A organização *Gaza Injured* postou uma denúncia sobre o *medicide* - genocídio dos trabalhadores da saúde - que continua a ocorrer em Gaza. A organização expos a falha moral e tripla falha legal em Gaza: Diagnosticar erroneamente um genocídio (Medicídio) como uma crise humanitária; Usar e aceitar o álibi da ajuda aumanitária e aceitar um cessar-fogo que é usado como um mecanismo para a continuação do genocídio.

“Conclusão: A Arquitetura da Conivência e o Imperativo de uma Mudança de Paradigma

A sequência de falhas (do erro de diagnóstico, ao álibi mal administrado, a um cessar-fogo que desapropria) não é uma série de erros não relacionados. É uma arquitetura de conivência que permitiu que um genocídio prosseguisse atrás de uma fachada humanitária. Fornecer bandagens para um ferimento que está sendo ativamente aprofundado é um crime coletivo.

Portanto, rejeitamos toda esta estrutura e exigimos uma mudança de paradigma fundamental:

1. Do Erro de Diagnóstico ao Reconhecimento Legal: Exigimos o reconhecimento formal por organismos internacionais, incluindo o Tribunal Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional, de que as evidências demonstram um processo genocida deliberado e a ativação imediata de todos os mecanismos legais e punitivos associados.

2. Do Álibi Humanitário ao Acesso Incondicional: Exigimos o levantamento imediato, total e incondicional do cerco. Todos os cruzamentos de fronteira devem ser abertos para a entrega de todo o auxílio necessário e materiais de reconstrução, sob a gestão de agências da ONU neutras, com a participação de palestinos, e não do ocupante ou de seus intermediários militarizados.

3. De um Cessar-Fogo que Desapropria para uma Paz Justa e Soberana: Exigimos um cessar-fogo que restaure a plena integridade territorial de Gaza, garanta o retorno seguro e digno de todas as pessoas deslocadas aos seus lares e que seja tratado como um prelúdio para a justiça e a resolução política, e não como um substituto para ela.

A obstrução de medicamentos essenciais constitui um crime de guerra. A imposição da fome é um crime de guerra. A destruição de instalações médicas é um crime de guerra. O assassinato e o sequestro de profissionais de saúde são crimes de guerra.

Esta realidade transcende o rótulo de "conflito". Ela constitui o desmantelamento calculado dos meios de sobrevivência de uma população, com a negação de cuidados de saúde empregada como uma arma estratégica central. Quando tais atos são realizados com intenção genocida demonstrável, eles deixam de ser crimes de guerra isolados e tornam-se atos constitutivos de genocídio. Estes são, por sua própria natureza, crimes genocidas.”

Publicado na mesma semana, um estudo da *The Lancet* chega ao número horrível de 3 milhões de anos de vida perdidos em Gaza. A partir de dados publicados do número de pessoas assassinadas pelo Ministério da Saúde Palestino (*PMH*) em julho de 2025, o grupo de pesquisadores calculou os anos perdidos usando a idade das vítimas, seu gênero e a expectativa de vida média da população palestina pré-genocídio. Importante destacar que os dados divulgados pelo *PMH* - e portanto os dados analisados pelo grupo - estão restritos a mortes vinculadas explicitamente a ações das forças militares israelenses, excluindo mortes indiretas resultantes da ruína da infraestrutura e de instalações médicas, da restrição de comida e água e da perda de profissionais de saúde que sustentam a vida, limitado o estudo.

“Para estimar os anos de vida perdidos em Gaza, calculamos as expectativas de vida no Estado da Palestina por sexo para todas as idades usando métodos de tábua de vida abreviada de período. Utilizamos dados de mortalidade e população do Estado da Palestina do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU para 2022. O Estado da Palestina inclui Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Para 2022, o International Database do US Census Bureau indica que Gaza e a Cisjordânia têm mortalidade infantil (20,1 vs. 20,3 por 1000 nascidos vivos) e expectativas de vida ao nascer para ambos os sexos (74,1 vs. 75,2 anos) semelhantes. Dado o sexo e a idade na morte conhecidos para as 60.199 pessoas falecidas em Gaza, estimamos o total de anos de vida humana perdidos desde o início do conflito em 7 de outubro, usando as condições de mortalidade pré-guerra no Estado da Palestina, calculando trajetórias de vida contrafactualas para cada pessoa falecida em Gaza.

(...)

Até 31 de julho de 2025, estimamos um total de 3.082.363 (IC 95%: 2.962.715–3.206.048) anos de vida perdidos em Gaza. A divisão do total de anos de vida perdidos pelo número de falecidos (60.199) resulta em 51,2 anos de vida perdidos por morte (49,2–53,3). Quando calculado por sexo, 1.075.984 (1.023.952–1.130.142) anos de vida femininos e 2.006.379 (1.938.762–2.075.906) anos de vida masculinos foram perdidos. A figura mostra a distribuição dos anos de vida perdidos por idade e sexo em Gaza. Constatamos que a maioria dos anos de vida perdidos ocorre entre civis, mesmo sob uma definição ampla de suposto combatente que inclui todos os homens e meninos em idade possível de alistamento (15–44 anos). Mais de 1 milhão de anos de vida envolvendo crianças menores de 15 anos (IC 95%: 1.027.262–1.112.087) foram perdidos.”

Uma outra pesquisa do *The Lancet*, também deste mês, investiga a relação entre exposição prolongada à pobreza e morte prematura. O grupo de pesquisadores selecionou grupos do *National Longitudinal Survey of Youth* de 1979 com três ou mais medidas de rendimento familiar entre 1985 e 2004. Os participantes tinham, em média, 23 anos no início e 42 anos no final deste período. Os limiares foram: nunca em pobreza, ocasionalmente em pobreza, frequentemente em pobreza e sempre em pobreza. Com isso, foram 5653 participantes, dos quais 1484 (26,2%) nunca estiveram em pobreza, 1867 (33,0%) ocasionalmente em pobreza, 1852 (32,8%) frequentemente em pobreza e 450 (8,0%) sempre em pobreza. Segundo as observações, uma exposição cumulativa à pobreza durante a idade adulta emergente e estabelecida está associada a um maior risco de mortalidade prematura.

“Neste estudo, descobrimos que a exposição sustentada e intermitente ao rendimento familiar no nível de pobreza ao longo de 20 anos, desde o início da idade adulta até à idade adulta estabelecida, está associada a uma taxa mais elevada de mortalidade prematura em comparação com nunca ter estado em situação de pobreza. Aqueles com exposição sustentada

à pobreza apresentaram uma taxa de mortalidade prematura mais de duas vezes superior durante o período de acompanhamento, em comparação com aqueles que nunca estiveram em pobreza. Da mesma forma, aqueles com um terço ou mais de registos de rendimento familiar no nível de pobreza durante o período de exposição tiveram uma taxa de mortalidade prematura mais de 1,5 vezes superior em comparação com aqueles que nunca estiveram em pobreza.

Os resultados mostraram-se robustos após ajuste para características sociodemográficas e foram ligeiramente atenuados pelo ajuste para comportamentos de saúde no início da vida. O ajuste adicional para covariáveis próximas do final do período de exposição resultou em atenuações nas estimativas em todos os grupos de pobreza cumulativa. Os resultados também se mostraram robustos a diferentes estratégias para lidar com dados de rendimento em falta ao longo do tempo.”

O empobrecimento, como acontecimento da lógica do capital, nos leva ao nosso último documento de análise deste informe: a entrevista de Jaime Breilh. Publicada no dia 27 de outubro no portal do Outra Saúde, na entrevista de título “Jaime Breilh: Saúde não rima com Capital” o epidemiologista critica a dominação pela lógica reprodutiva capitalista na saúde e nas áreas de manutenção da vida. Breilh reivindica o lugar e o posicionamento crítico da ciência, da universidade e da educação; de uma saúde coletiva com conexão com a determinação social e que atrele todos os níveis do cuidado; por um modo de vida que não repita o metabolismo cancerígeno do capital. A entrevista pode ser lida [aqui](#).